

RESENHA

O paciente dedo-verde: uma etnografia sobre o cultivo e consumo de cannabis para fins terapêuticos na cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro: Autografia, 2020

Karoliny Felipe Martins

Doutoranda em Antropologia na Universidade de Brasília (UnB)

Lançado em 2020, o livro “O paciente dedo-verde: uma etnografia sobre o cultivo e consumo de cannabis para fins terapêuticos na cidade do Rio de Janeiro” é resultado da dissertação de mestrado do autor Yuri Motta orientado por Frederico Policarpo, com quem majoritariamente tece diálogos teóricos sobre o tema. Este texto se propõe a ser uma resenha dele.

A obra compõe a coleção “Conflitos, Direitos e Sociedade” como forma de, dentre outras coisas, publicizar pesquisas consideradas de excelência produzidas na esfera do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT/InEAC), onde o autor é pesquisador vinculado. Além desse espaço, Motta também está vinculado ao Núcleo de Estudos sobre Psicoativos e Cultura (PsicoCult) da Universidade Federal Fluminense (UFF), sua instituição de origem e vinculação acadêmica atual. É nessa instituição que o autor se tornou Mestre em Segurança Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) em 2019. Atualmente está em estágio de doutoramento pelo mesmo programa. Antes disso, se graduou no bacharelado em Políticas Públicas também pela UFF.

No decorrer das cento e cinquenta e seis páginas do livro, o autor elabora um panorama sobre questões relativas ao cultivo e consumo de cannabis para fins terapêuticos com base em dois modos de produção de conhecimento: por uma visão

institucional e por uma visão pessoal. A descrição etnográfica desses modos não projeta traçar uma lógica comparativa, uma vez que as dinâmicas tanto de regulação (institucional), quanto de produção (artesanal), não são possíveis de serem pensadas desse modo, pois são estágios distintos, ainda que se referenciem a um mesmo processo.

Essas dinâmicas, de regulação e produção do consumo da cannabis para fins terapêuticos, são desenvolvidas ao longo de cinco capítulos. O primeiro capítulo trata de oferecer ao(à) leitor(a) uma contextualização sobre a pesquisa: seu problema, sua proposta analítica, o trabalho de campo, bem como as expectativas do pesquisador. Já o segundo capítulo, dedica-se a detalhar as dinâmicas institucionais de uma associação canábica, onde o autor realizou parte do trabalho de campo. Essas dinâmicas institucionais em torno da regulação da cannabis tem sua continuidade no capítulo três, no qual o autor toma as regras jurídicas como categorias nativas e as analisa por meio de uma abordagem empírica do Direito. No penúltimo capítulo é realizada uma descrição e interpretação dos espaços de socialização que envolvem ritos, conflitos, práticas e estratégias relacionadas à produção e ao consumo de cannabis para fins terapêuticos. A preocupação aqui são as lógicas que justificam as práticas dos interlocutores da pesquisa. Por fim, o último capítulo é uma retomada das discussões pregressas.

A cannabis medicinal, como ficou conhecido o uso medicinal, tem ocupado cada vez mais espaço nas discussões sobre possibilidades de tratamento de saúde. No mapeamento produzido pelo autor sobre as principais solicitações por doenças por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), são elencadas quarenta e duas, dentre as quais: autismo, epilepsia, esclerose múltipla, esquizofrenia, fibromialgia, metástase (câncer), transtorno depressivo, transtorno degenerativo e do movimento, dor crônica e transtorno vertebral, dentre outras.

Em abril de 2023, o Programa Institucional de Política de Drogas, Direitos Humanos e Saúde Mental da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) produziu e divulgou uma nota técnica informando o “estado atual das evidências sobre usos terapêuticos da cannabis e derivados e a demanda por avanços regulatórios no Brasil”. Na nota, reconhece-se as potenciais segurança e eficácia do uso terapêutico dos canabinóides se valendo das mais recentes pesquisas e da retirada da cannabis da lista restritiva da Comissão de Drogas Narcóticas da Organização das Nações Unidas (ONU), sob recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), o que significa que a planta passa a ter seu valor terapêutico considerado.

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida por Yuri Motta se soma a um leque de evidências científicas nacionais sobre a temática, destacando-se devido ao caráter etnográfico do trabalho. Além disso, a análise sobre a experiência produzida pelos pacientes a partir do uso terapêutico da maconha dá ares mais concretos sobre a discussão, qualificando-a. A categoria paciente, no contexto de uso terapêutico da cannabis, incorpora novos sentidos a uma prática que, por muito tempo, apenas esteve nos debates sobre ilegalidade e, não muito longe disso, imoralismo. Agora, a planta e seu uso para fins terapêuticos têm servido para ampliar a discussão sobre política de drogas, tratamento de saúde e qualidade de vida.

A pesquisa tem seu *lôcus* na cidade do Rio de Janeiro. Em outubro de 2023, essa localização geográfica estampou manchetes de jornal¹ que denunciavam um esquema de corrupção pelo extravio de dezesseis toneladas de maconha por agentes da segurança pública. Trago essa informação como forma de ilustrar a controvérsia pública da planta. Pensando nisso, uma das propostas analíticas do autor é entender as inovações no campo burocrático, normativo e estatal que autorizam, de forma oficial, que as pessoas façam uso da maconha com finalidades terapêuticas. Por outro lado, o autor debruça-se em entender as atualizações de uso da planta levando em consideração o consumo de maneira terapêutica. De modo mais geral, o autor busca examinar como as instituições estatais se relacionam com os consumidores que têm sua prática autorizada por meio de um laudo médico e como esses consumidores, por sua vez, se relacionam com seu próprio consumo.

Para tecer essas análises, ele realiza trabalho em três campos distintos. Em uma associação canábica, seu campo primário, Yuri Motta explora o suporte técnico de cultivo através de um curso de cultivo ofertado pela associação. O outro campo é a Anvisa, autarquia responsável por reconhecer o direito ao uso frente ao Estado. Nesse caso, a coleta de dados foi realizada por meio de uma interlocução virtual. E, por último, os espaços de produção dos próprios pacientes, sumariamente suas casas, locais de elaboração da experiência de um uso específico. Esses espaços e etapas, que constituíram seu trabalho de campo, durou em torno de dois anos e objetivou observar como categorias técnicas e nativas se relacionavam. Dessa forma, a pesquisa apresenta uma interpretação e compreensão de um novo paradigma frente às políticas públicas sobre drogas, a legalização e regulação do cultivo doméstico de maconha para fins terapêuticos.

¹ Disponível em: Policiais civis do RJ são presos suspeitos de aceitar propina para liberar 16 toneladas de maconha apreendidas | CNN Brasil. Acesso em: 26 out. 2023.

A reconfiguração do imaginário social e público da maconha tem no uso terapêutico seu âmago como não só aponta o autor, mas como também é explicitado na recente pesquisa do DataFolha² sobre o tema. Segundo ela, 76% dos brasileiros entrevistados apoiam a utilização terapêutica da planta. Desse contingente, apenas 3% disseram fazer uso ou já ter feito uso de medicamentos feitos a partir da planta e o restante, 97%, nunca o fizeram, ainda que 60% aceitariam esse tipo de tratamento, caso tivesse indicação de um médico de confiança. Isso é interessante, a medida em que dialoga indiretamente com a proposta da pesquisa de Motta, uma vez que mune de informações uma população que tem interesse no tema.

Por se tratar de uma etnografia, as descrições contidas no livro desvendam os processos burocráticos em que as dinâmicas de acesso estão inseridas e, tratando-se de uma leitura acessível com decodificação de termos técnicos, o trabalho se mostra um útil material de divulgação científica sobre o assunto para os mais diversos públicos interessados na discussão: pesquisadores, estudantes, pacientes ou seus responsáveis, ou seja, não se trata de um material com possível circulação restrita devido ao teor denso do conteúdo. Isso não acontece, como já dito, mas não quer dizer que é um material de menor qualidade por isso, ao contrário. A escrita facilitada é um dos pontos fortes do livro.

Dentre os resultados trazidos pelo autor, as lógicas que transformam sujeitos em pacientes de maconha são elucidadas através das instituições e dos sujeitos envolvidos no processo. A declaração contida no laudo médico inaugura esse modo de atuação e abre precedentes para o consumo de uma substância de maior qualidade e autonomia do modo de consumo dessa substância tornada agora medicamento. A agência do consumo e dosagem é feita pelo próprio paciente ou por seus responsáveis, no caso de crianças. Abro um parêntese aqui para tecer um comentário sobre o perfil dos pacientes: o autor dialoga tanto com pacientes adultos quanto com os pais responsáveis por pacientes menores de idade. Isso é interessante a medida em que a experiência desse consumo é tratada em duas perspectivas diferentes, promovendo uma ampliação das noções dos efeitos terapêuticos dessa substância por quem sofre diretamente e pelos cuidadores, que teriam uma espécie de sofrimento secundário. Nesse sentido, as ideias sobre qualidade de vida são estendidas para além do próprio paciente.

² Disponível em: Lulistas e bolsonaristas apoiam uso medicinal da maconha - 23/09/2023 - Cotidiano - Folha (uol.com.br). Acesso em: 27 out. 2023.

Segundo Motta, é no objetivo de uso que se encontra a maior distinção entre um usuário terapêutico, ou paciente, de um usuário recreativo. Os processos de aprendizagem das técnicas de consumo e cultivo doméstico de cannabis podem ser inseridos como uma prática legal ou não a depender da posse ou não da autorização judicial. Entendo que o estudo não pôde ser mais amplo devido às características de uma dissertação, mas seria interessante tratar de questões econômicas que englobam todo esse processo, visto que, a meu ver, o status socioeconômico dos pacientes e seus familiares traria uma outra análise sobre a experiência. Mas isso, talvez, seja tema para um outro trabalho.

As informações sobre o uso terapêutico de uma planta que historicamente é reconhecida como uma substância que tem potencial de inaugurar um movimento no sentido de perda de qualidade de vida são fundamentais para dar suporte a essa nova perspectiva em torno da planta. O reconhecimento público dos potenciais benefícios para a saúde é um acontecimento histórico que marca não só o início de uma nova discussão sobre o uso da maconha, como também abre espaços para pensar a política de drogas em outros parâmetros.